



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2024

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir a Segurança Jurídica para os (as) Profissionais da Cultura.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de audiência pública para discutir a Segurança Jurídica para os (as) Profissionais da Cultura. Sugerimos que sejam convidados (as) representantes dos órgãos indicados a seguir:

1. IPEA - Pesquisador - Frederico Barbosa;
2. MTE - SENAES - Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES - MTE - Gilberto Carvalho;
3. ANTE - Articulação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Eventos - Alexandra Capone;
4. MPT - Procurador Geral do Trabalho - José de Lima Ramos Pereira;
5. LABFAZ - Representante - Miguel Ribeiro;
6. MINC - SE - Secretário Executivo - Ministério da Cultura - Márcio Tavares;
7. Multicabo - MG - Representante - Tainá Rosa;
8. OIT - Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Vinícius Carvalho Pinheiro;
9. Associação Grafias da Cena - Representante - Heloisa Lyra Bulcão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

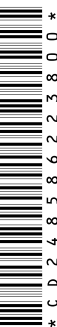
A realização da audiência pública para discutir o tema: "Segurança Jurídica para os Profissionais da Cultura" surge da necessidade premente de enfrentar os desafios que circundam a atuação dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor cultural no Brasil. Em um contexto marcado por incertezas jurídicas, falta de regulamentação específica e a precarização do trabalho, a garantia de direitos para esses profissionais torna-se fundamental para a sustentabilidade e valorização da cultura nacional.

A audiência tem como objetivo principal recolher e sistematizar os desafios enfrentados pelos profissionais da cultura em diversas regiões do país, levando em consideração as especificidades setoriais e as demandas transversais que permeiam as diferentes áreas culturais. Esse levantamento é essencial para a construção de políticas públicas que respeitem as peculiaridades regionais e setoriais, garantindo que as soluções propostas sejam adequadas e eficazes em cada contexto.

Além disso, visa identificar soluções possíveis para os problemas enfrentados, promovendo um diálogo entre os diversos atores envolvidos, como representantes dos (as) trabalhadores (as), autoridades governamentais, especialistas e membros da sociedade civil. Esse processo de consulta pública é crucial para assegurar que as propostas formuladas reflitam as necessidades reais dos profissionais da cultura e possam ser implementadas de maneira efetiva.

Os resultados dessa consulta serão apresentados e consolidados na Carta de Brasília, um documento que será destinado às instituições e autoridades dos Três Poderes. A Carta de Brasília terá o papel de formalizar as reivindicações e propostas dos trabalhadores e das trabalhadoras da cultura, servindo como base para a construção de uma agenda de políticas públicas que promovam a segurança jurídica e a dignidade no trabalho para todos os (as) profissionais do setor.

Dessa forma, a audiência pública não apenas fortalecerá o debate em torno da segurança jurídica para os profissionais da cultura, mas também contribuirá para a construção de um ambiente mais justo e equilibrado, onde a cultura seja valorizada como um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico do país.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema proposto, solicitamos o apoio dos (as) nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Apresentação: 12/08/2024 09:15:53.610 - CCULT

REQ n.36/2024

